

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FRANCIS NAVARRO BATISTA

**A INFLUÊNCIA PÓS-ESTRUTURALISTA NAS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: GÊNERO EM PERSPECTIVA.**

**MARIANA, MG
2023**

FRANCIS NAVARRO BATISTA

**A INFLUÊNCIA PÓS-ESTRUTURALISTA NAS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: GÊNERO EM PERSPECTIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social sob orientação do professor Mestre Rafael Santiago Mendes.

MARIANA, MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B333i Batista, Francis Navarro.

A influência pós-estruturalista nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro [manuscrito]: gênero em perspectiva. / Francis Navarro Batista. - 2023.

51 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Me. Rafael Santiago Mendes.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Filosofia marxista. 2. Identidade de gênero. 3. Pós-estruturalismo. 4. Serviço social. I. Mendes, Rafael Santiago. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Francis Navarro Batista

A influência pós-estruturalista nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro: gênero em perspectiva.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 10 de maio de 2023

Membros da banca

Mestre - Rafael Santiago Mendes- Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutora - Cristiane Silva Tomaz - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Rafael Santiago Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/05/2023



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Santiago Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/05/2023, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0530624** e o código CRC **A42660F7**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais por terem me apoiado em meus estudos e aos professores que me ajudaram durante os anos de graduação, em especial o professor Rafael Santiago Mendes, que aceitou meu pedido de orientação, e aos professores Rodrigo Fernandes Ribeiro e a professora Cristiane Silva Tomáz que aceitaram compor a banca de TCC.

“Uma das noções mais absurdas herdadas do iluminismo do século XVIII é que no início da sociedade a mulher era escrava do homem.”

- Frederick Engels, A Origem da Família, a Propriedade Privada e o Estado.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que buscou verificar a existência da influência de autores e obras da corrente pós-estruturalista na obra de autores do Serviço Social brasileiro por meio de análise qualitativa de treze artigos das revistas *Katálisis* e *Serviço Social e Sociedade* cujo tema é gênero, buscando traços e características que possam defini-los, ou não, como pós-estruturalista. No primeiro capítulo, faremos uma análise geral sobre o que é o pós-estruturalismo, sobre as abordagens de gênero do ponto de vista histórico marxista e as contradições. No segundo capítulo, a investigação se volta para uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, sobre o tema gênero e Serviço Social, cujo objetivo é, em uma das frentes de investigação, realizar uma análise das abordagens sobre o tema presente em artigos publicados em periódicos da área, tentando mostrar, nos casos em que se verifica a influência, como ela aparece nos artigos.

Palavras chave: Serviço Social, Relações de gênero, Pós-estruturalismo, Marxismo.

ABSTRACT

This work presents the results of research that sought to verify the existence of the influence of authors and works of the post-structuralist current on the work of authors of the Brazilian Social Service through a qualitative analysis of thirteen articles from the magazines *Katálisys* and *Serviço Social e Sociedade* whose theme is genre, looking for traits and characteristics that can define them, or not, as a post-structuralist. In the first chapter, we will make a general analysis of what post-structuralism is, about gender approaches from a Marxist historical point of view and contradictions. In the second chapter, the investigation turns to a bibliographical research, of a qualitative nature, on the theme of gender and Social Work, whose objective is, in one of the investigation fronts, to carry out an analysis of the approaches on the theme present in articles published in periodicals. of the area, trying to show, in cases where influence is verified, how it appears in the articles.

Keywords: Social Work, Gender Relations, Post-structuralism, Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA DOS CONCEITOS PÓS-MODERNOS E PÓS-ESTRUTURALISTAS SOBRE O TEMA “GÊNERO”	
1.1 Perspectiva histórica e política	11
1.1.1 A origem da opressão	13
1.1.2 Uma revisão de Engels	15
1.1.3 Relações de gênero no contexto da revolução industrial do século XIX	17
1.1.4 Pós-estruturalismo	19
1.1.5 Movimentos pós-modernos	22
1.1.6 Alinhamento: Neoliberalismo e Feminismo	23
1.1.7 Feminismo, indústria cultural e criminalização da pobreza	26
CAPÍTULO 2. ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE O TEMA “GÊNERO”	
2.1 Apresentação dos artigos publicados nas revistas “Serviço Social e Sociedade” e “Katálysis” no período de 2010 a 2021	31
2.2 Balanço e análise crítica do material identificado	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

Conforme apontado por Yazbek(Apud ARAÚJO, 2016. pág 223) a crise dos paradigmas nas ciências sociais proporcionados pelo surgimento das meta narrativas em áreas das ciências humanas e sociais tais como História, Antropologia e Literatura provocou profundas mudanças nos referenciais teóricos metodológicos do Serviço Social a partir da década de 1990. No entanto, o que pouco se sabe é que grande parte das ideias que adentraram a profissão nessa época foram fruto de acalorados debates ocorridos durante a década de 1960 entre historiadores marxistas, que acreditavam em uma história objetiva, e entre historiadores que, influenciados pelas ideias de autores pós-estruturalistas como Altussur, passavam a acrescentar nas suas teorias os relatos de pessoas simples, construindo o que ficou conhecido como uma história “vista de baixo”.

Buscando novas maneiras de pensar a história, muitos historiadores se lançaram, principalmente a partir da década de 1960, aquilo que eventualmente passou a ser conhecido como a história “vista de baixo”. Nesse sentido, os relatos de batalhas, acordos diplomáticos, sucessões dinásticas ou presidenciais deram lugar à narrativa do cotidiano de pessoas “simples”. Descobrimos que o aparentemente simples era na verdade muito complexo. Naturalmente o espírito democrático de tais historiadores os conduziria a uma ênfase naqueles que se situavam a margem da história tradicional, negros, mulheres, gays, etc (VASCONCELOS, 2001. pág 100).

É dessa forma que pós-modernos influenciados pelas ideias de autores da corrente pós-estruturalista passaram a influenciar a profissão de Serviço Social, e temas relacionados a : Mulheres, Negros e LGBTQI+, passaram a ter grande destaque nas produções teóricas do Serviço Social a partir da década de 1990. Acreditava-se que haviam lacunas que não poderiam ser explicadas por meio de macroabordagens como o marxismo e a crítica da razão desembocava em uma crítica ao marxismo como totalitarismo.

“O pós-moderno compreenderia a teoria social de Marx como insuficiente para lidar com diversos problemas teóricos atuais, exigindo sua “reconstrução”, “complementação” e “reinvenção””. (SANTOS, Apud ARAÚJO, 2016, 226).

Para autores como Vasconcelos (2001, p. 1),também, o marxismo perdeu seu significado frente as abordagens pós-modernas, visto que seus argumentos se esfacelam diante dessa crítica. E no caso do Serviço Social, autores como José

Paulo Netto (2016, p. 222) já alertavam para a crise que o Serviço Social enfrentaria no campo da formação profissional tendo em vista a falência do socialismo real.

Este trabalho tem por objetivo apresentar artigos do Serviço Social cuja temática é gênero buscando demonstrar, nos casos em que se verifica, como a influência de autores pós estruturalistas aparece nas obras de autores do Serviço Social. Para a análise do material, foi feito um resumo dos principais autores dessa corrente teórica apontando as principais ideias e no final classificando-os com base nas características apontadas.

CAPÍTULO 1. SUBSÍDIOS PARA UMA CRÍTICA DOS CONCEITOS PÓS-MODERNOS E PÓS-ESTRUTURALISTAS SOBRE O TEMA “GÊNERO”

1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA

Uma das contribuições mais importantes de Marx para pensar o gênero no Serviço Social foi pensar as relações sociais como sendo socialmente construídas. Conforme Saffiote, “a abordagem de Marx oferece um caminho apropriado para a compreensão das relações de gênero como relações sociais.” (apud ALVES, 2018, p. 270).

Mas apesar da recepção positiva das obras marxianas, o impacto causado pela influência dos autores pós-estruturalistas nas ciências sociais durante a década de 1960 acabou por afastar o público que se ocupa dessa temática, como mulheres, gays e simpatizantes desses movimentos da corrente marxista, abrindo espaço para política de identidade .

Em 1977, a expressão política identitária na sua forma contemporânea foi introduzida no discurso político pelo Coletivo Combahee River (CCR), um grupo de militantes negras e lésbicas formado em Boston três anos antes. O influente texto coletivo "A Black Feminist Statement", suas fundadoras Barbara Smith, Beverly Smith e Demita Frazier argumentavam que o projeto de socialismo revolucionário havia sido minado pelo racismo e sexismo na esquerda (HAIDER, 2019, p. 31).

Alves, por exemplo, apesar de reconhecer a contribuição de Marx para pensar as relações de gênero, como vimos em trechos anteriores, não poupa críticas a perspectiva da economia no tratamento das relações sociais tal qual Marx propõe em suas obras. Segundo ela:

[...] para Marx, a divisão sexual do trabalho é entendida como interdependência entre os sexos, e não pensada em termos de subordinação de um sexo a outro. A problematização da divisão do trabalho em Marx começa com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, e não com a divisão sexual. O fato de que mulheres na ordem capitalista irão compor a força de trabalho é tratado por Marx menos como uma questão que afeta as mulheres e mais como um processo que diz respeito à lógica da acumulação capitalista (ALVES, 2018, p. 270).

Para a autora, Marx estaria errado ao ver as coisas como interdependência entre os sexos e deveria pensar o gênero tal qual pensa ela e autores como Saffiote

pensam. Não seria essa uma tentativa da autora de criar uma macroabordagem sobre gênero? Tal qual fazem, segundo Foucault, os marxistas?.

Se esse for o caso, talvez venha de Engels (1884) a melhor tentativa, pois ele em “A origem da família, da propriedade privada, e do Estado” conseguiu estabelecer relações importantes entre gênero e classe social. Relações essas que até hoje estão presentes nas discussões sobre o tema. Muito embora muitas algumas de suas afirmações, que veremos mais adiante, já estejam ultrapassadas.

Entre as diversas críticas que Engels sofreu, a fundamental incide sobre o fato de que sua explicação sobre a origem da subordinação das mulheres apresenta uma série de lacunas e imprecisões, deixando de fora que “a dominação masculina, às vezes violenta, existe também nas sociedades pré-classistas que não conhecem a propriedade privada” (Trat, apud ALVES, 2018, 270).

Muitos movimentos pós-modernos tendem a tratar o gênero de forma isolada das relações sociais e dos interesses da sociedade em geral. Reduzindo o debate sobre o gênero a uma mera questão de representatividade e aceitação, ocultando muitas vezes os interesses políticos e econômicos envolvidos, sendo, portanto, unilaterais.

A "armadilha" de que fala Haider não está em se levar em conta a identidade nas análises sobre a sociedade, mas em analisá-la como se fosse algo exterior as determinações materiais da vida social (ALMEIDA, apud HAIDER, 2019, p. 9).

Para o CCR, a prática política feminista significava, por exemplo, participar dos piquetes durante greves na construção civil durante os anos 1970. Mas a história que se seguiu pareceu virar tudo de pernas para o alto. Como Sabu Mohandesi escreveu: "O que começou com uma promessa de superar algumas limitações do socialismo, de modo a construir uma política socialista mais rica, mais diversa e inclusiva", terminou "sendo aproveitado por aqueles com uma política diametralmente oposta aquelas do CCR". O exemplo mais recente e mais marcante foi a campanha presidencial de Hillary Clinton, a qual adotou a linguagem da "interseccionalidade" e do "privilegio" e usou a política identitária para combater o surgimento de uma opção de esquerda no Partido Democrata, em torno de Bernie Sanders. Os apoiadores de Sanders foram condenados como "manos do Bernie", apesar de haver amplo apoio entre as mulheres. Eles foram acusados de negligenciar as preocupações dos negros, apesar do efeito devastador para muitos negros americanos do comprometimento da Corrente dominante do Partido Democrata com as políticas neoliberais. Como Michelle Alexander escreveu no The Nation, o legado da família Clinton foi uma capitulação dos Democratas "à reação da direita contra o movimento pelos direitos civis" e a "agenda de Ronald Reagan sobre raça, criminalidade, proteção social e impostos". O liberalismo dos Clinton terminou no fim das contas fazendo mais mal as comunidades negras do que Reagan fez""(HAIDER, 2019, p. 33).

Mas apesar de a política de identidade ser extremamente prejudicial aos movimentos sociais pós-modernos, é importante dizer que a identidade em si não é um problema, podendo ser encontrada também entre trabalhadores, como os funcionários de uma grande empresa, alunos de uma universidade, etc.

Segundo Haider (2019), o problema da identidade começa quando ela se resume a identidades específicas. E nesse sentido, sua crítica vai de encontro a teorias feministas que tentam criar macroabordagens sobre supremacia masculina sobre feminina com o argumento de que o homem tem poder sobre a mulher.

Ademais dessas considerações, veremos como Engels explica a opressão do homem sobre a mulher.

1.1.1. A Origem da opressão

A ideia comumente aceita de que o homem oprime a mulher desde as primeiras sociedades é refutada por estudos sobre formações sociais diversas e mais recuadas na história. Segundo os estudos de Engels (1884) sobre a origem da família, as primeiras sociedades de caçadores-coletores eram igualitárias e não hierárquicas e a mulher respeitada por todos.

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada (Engels, 1884. pág 50 - 51).

A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à da mulher bárbara, que trabalha duramente, e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (lady, frowa, frau = senhora) e o é de fato por sua própria posição (ENGELS, 1884. pág 52).

O autor explica que naquela época reinava na sociedade um estado de promiscuidade em que tanto homens quanto mulheres tinham vários parceiros sexuais. A poligamia e a poliandria eram praticadas indistintamente e as restrições sexuais quase não existiam.

A identificação da mãe tinha um significado muito maior do que apenas uma relação consanguínea, pois era, também, a única forma de transferência de bens

segundo a primitiva lei de herança, já que era impossível a determinação da paternidade.

Mas lar comunista significa predomínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo de uma mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai (ENGELS, 1884. pág 50)

Com base no direito materno, isto é, enquanto a descendência só se contava por linha feminina, e segundo a primitiva lei de herança imperante na gens, os membros dessa mesma gens herdavam, no princípio, do seu parente gentílico falecido. Seus bens deveriam ficar, pois, dentro da gens. Devido à sua pouca importância, esses bens passavam, na prática, desde os tempos mais remotos, aos parentes gentílicos mais próximos, isto é, aos consanguíneos por linha materna. Entretanto, os filhos de um homem falecido não pertenciam à gens daquele, mas à de sua mãe; ao princípio, herdavam da mãe, como os demais consanguíneos desta; depois, provavelmente, foram seus primeiros herdeiros, mas não podiam sê-lo de seu pai, porque não pertenciam à gens do mesmo, na qual deveriam ficar os seus bens. Desse modo, pela morte do proprietário de rebanhos, esses passavam em primeiro lugar aos seus irmãos e irmãs, e aos filhos destes ou aos descendentes das irmãs de sua mãe; quanto aos seus próprios filhos, viam-se eles deserdados (ENGELS, 1884. pág 59).

A consequência desse estado era que, segundo a primitiva lei de herança, todos os bens adquiridos por um homem ficariam, em caso de sua ausência, na gens (famílias matrilineares). Portanto, segundo o Direito Materno, no caso de um falecido, os bens deste passariam não a seus filhos, pois não eram passíveis de serem identificados, mas à linhagem da mãe do falecido, isto é, seus irmãos e irmãs.

Com o aumento do poder econômico proporcionado pela emergente sociedade de classes e um maior envolvimento dos homens em atividades como a guerra e a caça, o homem teria se valido dessa prerrogativa para garantir que a herança, antes contada a partir da linhagem materna, fosse passada para a linhagem paterna. Devendo primeiro criar uma forma de identificar a paternidade.

A monogamia então foi a forma encontrada para garantir aos filhos dos homens o direito à herança, pois estabelecendo-se que cada homem e cada mulher tivesse apenas um parceiro sexual era possível identificar a paternidade e garantir ao filho o legado da herança.

Com a herança sendo passada agora pela linhagem paterna, ele diz, a mulher foi reduzida a mero instrumento de reprodução e o homem, na medida em que concentrava a riqueza, aumentava seu poder econômico e conseqüentemente o poder político, tendo cada vez mais influência e poder de decisão dentro da família e da sociedade como um todo.

Engels (1884) conclui sua ideia central da seguinte forma: a opressão das mulheres tem origem no surgimento das classes sociais¹.

1.1.2. Uma revisão de Engels

Conforme apontado por Bloodworth (2018), embora Engels (1884) tenha contribuído para o debate sobre a origem da opressão das mulheres e a tese de que essa opressão teve origem na sociedade de classes seja confirmada por vários autores que estudam e acompanham as descobertas arqueológicas sobre o assunto, muitas das suas afirmações mais particulares, que se basearam nos estudos do antropólogo Lewis Henri Morgan, podem ser consideradas superadas.

Em seus escritos sobre a pobreza da teoria do patriarcado, ela afirma que o argumento de Engels (1884) de que o primeiro excedente surgiu da domesticação de animais e cultivo de plantas e que o homem por ter essa responsabilidade teria o controle sobre essa riqueza, seria impreciso, uma vez que o primeiro excedente não veio da domesticação de plantas e animais, mas provavelmente de um melhor cultivo de frutas, vegetais, grãos e pesca. Muito embora o fundamento geral do argumento continue sendo o trabalho e o incremento de capacidades e forças produtivas.

A autora afirma, também, que a divisão do trabalho era variável e não limitada a uma divisão por gênero. Outros fatores influenciavam na divisão do trabalho como, por exemplo: idade, experiência, capacidade.

Ainda segundo Bloodworth (2018), O excedente produtivo também não ficava nas mãos dos homens em geral, mas apenas dos homens pertencentes a grupos dominantes emergentes e grande parte de seus estudos se basearam em configurações de família encontrada entre índios americanos já influenciados pela colonização e que, portanto, não reproduziam exatamente suas relações naturais.

A autora argumenta que ao contrário do que Engels(1884) afirma, a mulher também caçava e era participante ativa em diversas atividades produtivas. Portanto,

¹¹ “A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não-proprietários.” (LEMOS, 2012, p.119).”Simplificando, poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais “(WEBER, apud LEMOS, 2012, p.120).

o suposto controle do homem sobre o excedente não pode ser justificado pelo fato dele ficar responsável pela caça simplesmente. Como mostra Bloodworth (2018), há um predomínio das mulheres na fabricação de peles que permitiam ao coletor sobreviver em lugares frios. O que sugere que os processos de diferenciação entre homens e mulheres são bem mais complexos do que muitas vezes se pensa.

Ao tentar responder a questão do porquê e quando teria surgido a opressão de gênero levando em consideração tal situação inicial, Bloodworth (2018), por meio de pesquisas baseadas em novas descobertas, chega à conclusão de que tal processo foi resultado de mudanças estruturais nas sociedades primitivas, que à medida em que se desenvolviam e surgiam os primeiros povos dominantes, tornava o trabalho de reprodução da sociedade mais complexo e mais importante.

Bloodworth (2018) constatou que em certas culturas o controle de natalidade era fundamental para a sociedade e por isso as mulheres controlavam os partos para suprir a necessidade da sociedade. Além de que as mulheres eram poupadas da participação em guerras e em serviços mais pesados, em razão de sua importância para a reprodução da sociedade no geral, já que nessas sociedades filhos eram vistos como mão de obra, seja para compensar trabalhadores, seja para repor soldados perdidos em guerras, ou por doenças.

Quando se olha para o passado é muito comum que as pessoas vejam os valores da época como uma versão do presente e, por isso, façam críticas anacrônicas quanto aos costumes antigos. Mas isso é um preconceito que desconsidera o tempo histórico.

Para além da mudança do papel produtivo ao reprodutivo da mulher, temos que considerar que o controle do excedente da produção não se deu matricialmente por critério de gênero, mas sim pela ascensão de grupos dominantes emergentes. Sendo que a desigualdade surgia pela primeira vez na história não entre homens e mulheres, mas sim entre os grupos dominantes emergentes, geralmente pertencentes a mesma família, que tinham esse controle sobre o excedente, em relação àqueles que não tinham.

Com o tempo, a necessidade de manter a riqueza nas mãos dessas famílias dominantes fez com que estas usassem de meios coercitivos para exercer o controle

da sexualidade de modo que a riqueza permanecesse na linhagem dessas famílias. Desse modo, o estabelecimento da monogamia não foi, como afirma Engels(1884), apenas uma forma de identificar a paternidade e com isso passar a herança pela linhagem paterna, mas para que a linhagem de grupos dominantes não se misturasse com as de outros e com isso continuassem tendo controle sobre o excedente.

A opressão das mulheres, bem como de qualquer pessoa, foi resultado do surgimento do excedente produtivo e do impacto deste sobre a organização da família, criando uma hierarquia que se verificou primeiro entre grupos dominantes e não dominantes e depois fugiu ao controle, resultando, ao longo da história, na opressão do homem sobre o homem. Algo que não foi planejado, mas foi consequência do surgimento das classes sociais.

1.1.3. Relações de gênero no contexto da revolução industrial do século XIX

Apesar de a opressão das mulheres ser anterior ao capitalismo, foi durante a primeira revolução industrial no século XIX que grande parte das ideias chamadas sexistas tiveram origem.

Bloodworth (2018) lembra, com base nos estudos de Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, que os trabalhadores após serem expulsos do campesinato pelos cercamentos das terras comunais foram aglomerados nas cidades em situações insalubres com jornadas de trabalho que duravam até 16 horas. E que naquela época, fábricas inteiras funcionavam com base no trabalho feminino e infantil.

Quanto mais a atividade dos braços e os esforços musculares vêm sendo substituídos, mediante a introdução das máquinas, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças que, além de serem mais hábeis que os homens, recebem salários menores. Nas fiações, encontramos nas throstles apenas mulheres e meninas; nas mules, um fiandeiro, homem adulto (que desaparece com o emprego da self-actor), e vários piecers para reparar os fios, na maioria das vezes mulheres e crianças, às vezes jovens de dezoito a vinte anos e, mais raramente, um fiandeiro mais velho que perdeu seu emprego anterior⁶. No tear mecânico trabalham principalmente mulheres de quinze a vinte anos; há também alguns rapazes, mas estes raramente conseguem permanecer ali depois dos 21 anos. Nas máquinas que preparam o fio para a tecelagem, também só se encontram mulheres; os poucos homens que ali estão apenas limpam e afiam as máquinas de cardar. De resto, as fábricas

empregam uma grande quantidade de crianças para tirar e repor bobinas (doffers) e alguns homens adultos como vigilantes, um mecânico e um maquinista para as instalações do vapor e também marceneiros, porteiros etc. Mas o trabalho propriamente dito é executado por mulheres e crianças – fato negado pelos industriais.(ENGELS, 2010, pág. 79 - 80)

Nessa situação, acidentes de trabalho com crianças eram muito comuns e a maior parte delas morriam antes dos cinco anos de idade. As estatísticas do obituário de Manchester indicavam que ” para um período de 9 meses, 69 mortes por queimaduras, 56 por afogamento, 23 em consequência de quedas, 67 por causas diversas, num total de 215 acidentes fatais⁷ – enquanto em Liverpool, que não é uma cidade industrial, ocorreram, em 12 meses, apenas 146 acidentes fatais. Estão fora desses números, para as duas cidades, os acidentes ocorridos nas minas de carvão, e cabe notar que o coroner de Manchester não tem autoridade sobre Salford, sendo a população dos dois distritos mais ou menos a mesma. O Manchester Guardian reporta, em quase todas as suas edições, um ou mais casos de morte por queimaduras. ”(ENGELS, 2010, pág. 181).

Sobretudo, o trabalho das mulheres desagrega completamente a família – com a mulher trabalhando diariamente doze ou treze horas na fábrica e com o homem também ocupado, na mesma fábrica ou em outro lugar, quais podem ser os resultados para as crianças? Crescem sem cuidados, como ervas daninhas, são entregues à guarda alheia por 1 shilling ou 1,5 shilling por semana – e pode-se imaginar qual o tratamento que lhes é reservado. É por isso que, nas cidades industriais, multiplicam-se de modo alarmante os acidentes de que as crianças, por falta de cuidados, são vítimas; com referência a elas, as estatísticas do obituário de Manchester indicam (conforme a Factories Inquiry Commission, Relatório do doutor Hawkins, p. 3), para um período de 9 meses, 69 mortes por queimaduras, 56 por afogamento, 23 em consequência de quedas, 67 por causas diversas, num total de 215 acidentes fatais – enquanto em Liverpool, que não é uma cidade industrial, ocorreram, em 12 meses, apenas 146 acidentes fatais. (ENGELS, 2010, pág. 182)

Quando a burguesia industrial capitalista percebeu que a situação ameaçava a reprodução da força de trabalho, uma ampla campanha ideológica foi feita para intervir nessa situação. Nas campanhas orquestradas pela classe média e burguesa buscava-se reforçar o papel de mãe como característica natural das mulheres, ou seja, da naturalização de uma situação de caráter social.

Holcombe (2020) conta que nessa época os aglomerados em torno das fábricas criaram as possibilidades para novas relações entre as pessoas, sendo muito comum relações homossexuais entre os trabalhadores. Foi também nessa

época que começaram as perseguições e campanhas ideológicas perpetrados pela igreja contra as relações homossexuais.

No bojo dessas considerações, Bloodworth (2018) argumenta contra as narrativas que insistem em uma explicação psicanalítica dos acontecimentos que têm matrizes econômico-sociais e suas repercussões políticas.

Na origem dessas narrativas estão duas ideologias² que, embora não iguais em tudo, atualmente unem forças para derrubar a história e perpetuar a sociedade burguesa. A saber: o neoliberalismo e o pós-estruturalismo.

1.1.4. Pós-Estruturalismo³

No estudo sobre o pós-estruturalismo, o mesmo “ tem sido colocado como instância crítica frente às pretensões de objetividade no estudo da História”(VASCONCELOS, 2001, p.153). Mas por outro lado, do ponto de vista das características que definem a corrente teórica, temos três elementos que definem o pós-estruturalismo. São eles: “(a) irracionalismo. Aspectos cruciais da realidade social estão além do alcance da razão e só podem ser abordados por meio do pensamento metafórico ou intuitivo. De fato, grande parte da tirania no mundo moderno pode ser atribuída ao Iluminismo do século XVIII e seu compromisso com a razão; (b) antimaterialismo agressivo. Vai muito além do empirismo liberal dominante ao questionar o mundo material objetivo e nossa capacidade de saber coisas verdadeiras sobre esse mundo. Para alguns pós-estruturalistas, o mundo é efetivamente limitado à “realidade” coletiva da linguagem. Outros adotam um “perspectivismo” que diz que não apenas as percepções, mas a realidade e a própria verdade são diferentes para cada pessoa; (c) anti-humanismo. Levado à sua conclusão lógica, isso nega qualquer valor moral ou significado teórico a conceitos

² “Gramsci define a ideologia como “ unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela”...Na definição de Gramsci, independente de ser verdadeira ou não do ponto de vista epistemológico, uma teoria se torna ideologia quando se “apodera das massas”, quando se torna estímulo efetivo para uma ação efetiva no mundo real ”(COUTINHO, 2011, p.10-11).

³ O assim chamado pós-estruturalismo não é apenas um novo nome para movimento anterior chamado estruturalismo. Segundo Netto (2010), o pós-estruturalismo se diferencia do estruturalismo pelo “giro a direita”, isto é, seu carácter conservador que até então não era dominante no movimento anterior. Enquanto no estruturalismo, segundo Netto (2010), é possível ver, em alguns casos, uma crítica anticapitalista, no pós estruturalismo, ao contrário, a defesa da ordem capitalista e a crítica ao totalitarismo (leia-se socialismo e a experiência soviética) se apresentam como uma das principais características dessa corrente.

como liberdade e liberdade humana. libertação social. Além disso, as forças objetivas cruciais em ação na sociedade – a linguagem para Derrida, a rede de poder/conhecimento para Foucault – não podem, mesmo em princípio, ser removidas ou transformadas pela intervenção humana consciente.”(SULLIVAN, 1992, não paginado).

Apesar dessas considerações sobre o pós-estruturalismo, segundo Vasconcelos (2001), a definição de autores pós-estruturalistas é bastante problemática, visto que descreve um conjunto de autores com ideias irreconciliáveis e que por vezes são considerados ora pós-estruturalistas ora estruturalistas. Apenas um autor em específico, segundo Vasconcelos (2001), pode ser considerado inequivocamente como pós-estruturalista, a saber: Jacks Derrida.

O pensamento de Derrida, (2001) pelo qual é conhecido, se baseia no conceito de desconstrução, entendido, segundo Vasconcelos (2001), como estratégia e não como método. Segundo ele, o pensamento tradicional define conceitos e objetos a partir de seus opostos e, nesse sentido, desconstrução seria o mesmo que derrubar essa hierarquia por meio da inversão de conceitos. Por exemplo: a definição de mulher só existe porque existe o não mulher, isto é, o homem, do contrário não seria necessário criar tal definição. Do mesmo modo, só existe o conceito de hétero porque existe o não hétero, isto é, o homossexual. E cada um desses conceitos seriam necessários para explicar um ao outro. Desse modo, desconstrução seria derrubar essa hierarquia de conceitos provocando inversão entre o que é primeiro e o que é o segundo em uma relação dialética e portanto dinâmica.

Num primeiro momento, a desconstrução visa inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Na relação entre causa e efeito, por exemplo, este é tradicionalmente entendido como secundário e derivado daquela. Mas, em nossa experiência, primeiramente constatamos a manifestação do efeito, para então remontarmos a suas causas. Assim concebido, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é por causa dele que um fenômeno pode ser concebido como causa. Em outras palavras, numa perspectiva desconstrucionista, o efeito é entendido como a causa de sua própria causa. Outro exemplo: a condição masculina só é concebível em sua relação aquilo que ela não é. A ideia de homem só pode ser pensada enquanto tal enquanto estiver em oposição as ideias de mulher ou gay. O Outro, portanto, é essencial a compreensão de si mesmo, e, em função disso, não pode ser considerado como algo meramente acidental e secundário. Pensar o termo inferior como principal, produzir o derrubamento da hierarquia,

como sugere Derrida, constitui, deste modo, o primeiro passo na dinâmica de uma abordagem desconstrucionista.(VASCONCELOS , 2001, p.158).

Em Derrida temos uma das principais características do pós-estruturalismo, qual seja, a linguagem como estrutura que determina a realidade por meio do discurso, isto é, narrativa. E o conceito de desconstrução é a base sobre o qual outros autores pós-estruturalistas como Judith Butler fundaram suas teorias.

Mas como foi dito antes, apesar de Derrida, ser, talvez, o único que possa ser definido, de forma exclusiva, como pós-estruturalista, ainda temos outros autores pertencente a essa corrente teórica, sendo o mais famoso, ou pelo menos o mais querido entre os pós modernos , Michael Foucault.

Como foi dito nas primeiras páginas desse trabalho, a década de 1960 foi marcada por um intenso embate no meio acadêmico entre os historiadores marxistas que buscavam uma versão objetiva da história e entre os historiadores que, influenciados por autores da fase estruturalista como Altussur, buscavam novas formas de representação da história incorporando os relatos de pessoas simples do cotidiano na construção da história. E Foucault foi um desses autores que tiveram inspiração nesse tipo de abordagem.

Um dos conceito mais fundamentais de Foucault se baseia nesse tipo de abordagem conhecido por microfísica do poder que trata o poder de forma descentralizada e visto a partir de suas manifestações nas pequenas instituições, tais como na família, escola, asilos, prisão, etc.

As ideias de Foucault — em particular as das primeiras obras — merecem atenção por terem sido uma fonte fecunda de argumentação pós-moderna. Nelas, a relação entre o poder e o conhecimento é um tema central. Mas Foucault (1972, 159) rompe com a noção de que o poder esteja situado em última análise no âmbito do Estado, e nos conchama a "conduzir uma análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos infinitesimais, cada qual com a sua própria história, sua própria trajetória, suas próprias técnicas e táticas, e ver como esses mecanismos de poder foram — e continuam a ser — investidos, colonizados, utilizados, envolvidos, transformados, deslocados, estendidos etc. por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global". O cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos leva-o a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento ("discursos") que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares. A prisão, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, o consultório do psiquiatra são exemplos de lugares em que uma organização dispersa e não integrada é construída independentemente de

qualquer estratégia sistemática de domínio de classe. (HARVEY ,2016, p.50)

Foucault (2016) vê na fragmentação proporcionada pelas narrativas locais uma forma eficiente de combater ao que considera como discurso totalitário , segundo ele, em macroabordagens como o marxismo. É nesse sentido que reside seu carácter conservador, visto que não busca aglomerar os oprimidos em torno um uma causa e com isso romper o sistema de opressão. Pelo contrário, sua ideia é de que no jogo do poder onde há opressão há resistência, mas não necessariamente ruptura. “O trabalho de Foucault com homossexuais e presos não pretendia produzir reformas nas práticas estatais, dedicando-se antes ao cultivo e aperfeiçoamento da resistência localizada às instituições, técnicas e discursos da repressão organizada”(HARVEY ,2016, p.50). Ele trata os problemas sociais como leis da física, isto como dicotomia natural entre causa e consequência, daí o nome de seu livro microfísica do poder.

Como podemos ver, além de um claro antimaterialismo, o pós-estruturalismo também adota o perspectivismo na análise da realidade, sendo, talvez, a maior arma contra qualquer pretensão de criar um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, pois o conceito de verdade agora se torna inalcançável. Muito embora, a teoria de Foucault também sirva para combater o fascismo.

As lutas localizadas do tipo que Foucault parece encorajar em geral não tiveram o efeito de desafiar o capitalismo, embora ele possa responder com razão que somente batalhas movidas de maneira a contestar todas as formas de discurso de poder poderiam ter esse resultado (HARVEY ,2016, p.51).

E por falar em verdade, o próximo e último autor a ser citado não é exatamente um pós-estruturalista, mas sim um precursor da corrente teórica que ficou conhecida como pós-estruturalismo. Nietzsche, filósofo alemão idealista, é para o pós-estruturalismo o que Marx é para o marxismo, tendo um rico acervo de livros publicados. Dentre eles: Assim falou Zaratustra, Além do bem e do mal, Crepúsculo dos ídolos, O anticristo. etc.

As ideias de Nietzsche influenciaram os autores aqui citados de tal maneira que todo livro que fala de Derrida e Foucault cita seu nome.

Afirmando-se profundamente influenciado por Nietzsche, Foucault desenvolve em suas investigações um método chamado de genealogia. O método genealógico busca-se solapar a imagem de uma História teleológica, fruto de uma historiografia que procura estabelecer continuidades, que busca em épocas remotas as causas do presente e que vê no presente o embrião do futuro. Foucault interessa-se, pelo contrário, pelas discontinuidades, nos casos particulares que colocam em evidência a absurda pretensão das grandes teorias totalizantes. Em um texto intitulado "Nietzsche, a genealogia e a História", que trata especificamente do método genealógico e de seu débito para com a filosofia de Nietzsche, Foucault observa que o pensador alemão recusa, ainda que de modo não sistemático, a utilização do termo *Ursprung* (origem), a não ser para associá-lo a *Erfindung* (invenção) ou *Kunststück* (artifício). (VASCONCELOS, 2001, p.111).

1.1.5. Movimentos Pós-modernos⁴

Apesar das bases teóricas dos movimentos pós-modernistas ou pós-estruturalistas já terem há muito se formado, foi no pós segunda guerra e especialmente no último quarto do século XX que essas ideologias tomaram corpo através de movimentos sociais, tal como em maio de 1968, o maio francês.

Naquela época, a desilusão com a modernidade e com ciência, que àquela altura já havia mostrado ao mundo seu lado mais sombrio com bombas atômicas, com milhões de mortos, provocou uma série de movimentos que questionavam os ideais iluministas de progresso.

O século XX — com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki — certamente deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. Foi essa a atrevida tese apresentada por Horkheimer e Adorno em *The dialectic of Enlightenment* (1972). (HARVEY, 2016, p. 23)

A ideia de que a ciência iria libertar o homem da ignorância foi deixada de lado abrindo margem para as narrativas pós-estruturalistas que abominavam a imagem de uma sociedade unida por um interesse comum. Tratava-se de movimentos de forte apelo estético que entendiam a sociedade como inerentemente contraditória e

⁴ Como bem mostrado por Coutinho (2010), os movimentos estudantis de maio de 1968 foram fatores decisivos para o ingresso da corrente estruturalista nas universidades e para a influência do “marginal” Foucault no meio acadêmico. Nos anos que se seguem a 1968 há um deslocamento da crítica ao capitalismo para a crítica da pós modernidade vista como a responsável pelos problemas sociais e nesse sentido o pós modernismo se mostra funcional a ordem burguesa na medida em que culpa a razão pela decadência social e cultural da sociedade, ocultando a origem dos problemas sociais.

caótica. Defendendo que cada grupo de oprimidos deveria se unir em prol de interesses particulares.

Na medida em que Nietzsche dera início ao posicionamento da estética acima da ciência, da racionalidade e da política, a exploração da experiência estética — "além do bem e do mal" — tornou-se um poderoso meio para o estabelecimento de uma nova mitologia quanto àquilo a que o eterno e imutável poderia referir-se em meio a toda a efemeridade, fragmentação e caos patente da vida moderna. Isso deu um novo papel e imprimiu um novo ímpeto ao modernismo cultural. (HARVEY, 2016, p. 27)

Os conceitos de exploração e de opressão de classe foram deixados de lado e no lugar a opressão de gênero e a opressão por raça ganharam mais força, se tornando a “narrativa” dominante. Na produção acadêmica, o pós-estruturalismo se sobrepôs ao marxismo e deu forças para que outros movimentos, antes apagados, ganhassem força e instrumentalizassem pautas identitárias para propósitos conservadores.

Mas apesar da pretensão desses grupos em acabar com a violência de gênero e com o racismo, entre outros, de maneira alguma isso foi possível, visto que ignorar a categoria classe social e as categorias mais amplas da crítica da economia política não fez com que estas deixassem de existir, pelo contrário, só ajudou a mascarar a opressão e a fazer desses movimentos um instrumento de dominação nas mãos da burguesia.

1.1.6. Alinhamento: neoliberalismo e segunda onda feminista

Acompanhando as referências bibliográficas estudadas anteriormente e acrescentando os Trabalhos de Nancy Fraser e Verônica Child, indicamos que há uma afinidade de parte do movimento feminista com o neoliberalismo e com o reforço da exploração de classe. O alinhamento político-ideológico entre parte do movimento feminista e os ideais neoliberais é uma realidade que, como mostra Fraser (2009), pode ser vista já nas décadas de 1960 e 1970.

Durante esse período, que a autora classifica como “capitalismo organizado pelo Estado”, as críticas ao economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalinismo, despontam como principais críticas do movimento.

Fraser (2009) conta que as feministas da época acreditavam ter descoberto novas formas de opressão, ampliando o conceito para além da má distribuição de

renda, característico, segundo elas, do economicismo, e integrando questões relacionadas a violência de gênero, identidade e representatividade.

Mas apesar disso, ainda segundo a autora, a crítica feminista, não foi além das questões de gênero, e acabou sendo superficial. A crítica ao economicismo do Estado só foi no sentido de fragmentar a opressão em vários tipos. A crítica ao androcentrismo, apenas para dizer que as instituições estatais privilegiavam homens por meio do salário-família. A crítica ao estatismo para denunciar a despolitização dos indivíduos que ficaram à mercê de um corpo burocrático regido pelo Estado. E por último, a crítica ao Westfalinismo que entendia as injustiças apenas a nível local e fragmentado em relação aos outros países.

Se é verdade, talvez, que o Estado de bem estar social foi economicista, no sentido de entender as injustiças como má distribuição de renda, como acreditavam certas correntes feministas da época, é igualmente verdade, segundo Fraser (1992), que as críticas feministas da segunda onda ao Estado, por sua vez caíram em um culturalismo igualmente unilateral e nada diferente, exceto no fato de que ao invés de privilegiar a distribuição de renda, privilegiou questões relacionadas a aceitação e representatividade e gênero. Nesse sentido, a crítica não foi estrutural como pensam essas vertentes feministas.

Schild (2015) argumenta que os movimentos ocorridos durante a década de 1970 na América Latina não foram processos homogêneos, e que grande parte dos acontecimentos na América Latina durante esse período, especificamente, não foram cópias do que acontecia nos países de primeiro mundo, mas tiveram suas próprias configurações.

Como bem mostrado pela autora, os países da América Latina não eram burocracias despolitizadas, visto que a maioria deles viviam sob regime ditatorial, com mobilização de vários setores da sociedade em prol da retomada da democracia.

Tampouco havia uma divisão rígida com homens trabalhando fora de casa enquanto suas esposas ficavam com a casa como empregadas. Na verdade, grande parte das mulheres trabalhavam na terra, ou em casa, como empregadas domésticas, poupando mulheres da elite do trabalho.

Segundo Schild (2015), a própria leitura daqueles movimentos como sendo feministas são equivocadas, uma vez que nos países latino-americanos, o movimento mais importante do período foi o movimento católico leigo, expresso na teologia da libertação, que buscava integrar os setores da sociedade civil na luta contra a ditadura e promover a educação popular de Paulo Freire como caminho para transformação social.

Para Fraser (2009), a própria superficialidade das análises dessas correntes feministas contribuíram para a resignificação de seus ideais, transformando, em certos casos, no limite, o movimento em instrumento neoliberal de legitimação da dominação e exploração de classe.

A crítica ao economicismo se transformou, como já mostrado, em uma crítica culturalista igualmente unilateral que afastava do cenário político a crítica social característica das feministas anti-imperialistas.

A crítica ao androcentrismo que criticava o salário-família e a desvalorização de serviços de cuidado, geralmente feitos por mulheres, e, supostamente, valorização do trabalho do homem como chefe de família, acabou por contribuir para a inserção subalternizada da mulher no mercado de trabalho, gerando assim, em vez de um trabalhador desvalorizado, dois trabalhadores igualmente desvalorizados em regime de trabalho flexível, já que a suposta valorização do homem foi apenas no campo das ideias e não na prática. Muito embora alguns autores argumentem que “Na construção social do feminino e do masculino atribuiu-se diferentes escalas de poder para o homem e para a mulher, sendo que o masculino ocupou um lugar privilegiado e de destacado poder, em detrimento da desvalorização e subalternidade feminina” (CARNEIRO e FRAGA, 2012, p.372),

A crítica ao estatismo que desqualificava a burocracia na resolução de problemas e buscava transformar o Estado por meio da participação popular, acabou se transformando em uma crítica neoliberal do Estado.

Assim, tais tendências feministas foram resignificadas e incorporadas seletivamente pelo neoliberalismo no final dos anos 1980. E os ideais pós-estruturalistas de empoderamento e individualismo sob o direcionamento neoliberal foram fatores decisivos para esse processo.

1.1.7. Feminismo, Indústria Cultural e Criminalização da Pobreza

O movimento feminista de viés pós-estruturalista, como aqueles que foram predominantes no último quartel do século passado, prestam grande serviço à classe dominante e ao capital, uma vez que ao interpretar a realidade do ponto de vista moral e de maneira fragmentária, contribui para a dissolução de qualquer projeto comum de sociedade.

Na maioria das vezes, ele é usado como massa de manobra pela classe dominante e pela classe média para atingir a integridade física e moral de determinados grupos e pessoas contrárias à sua concepção de mundo.

Tais posições usam de acusações de assédio para camuflar o racismo e o preconceito contra os pobres, elas podem não só rejeitar os homens considerados indesejáveis segundo a cultura elitista burguesa, mas também incriminá-los, e submetê-los mais uma vez a um regime de escravidão velado. A autora e filósofa Ângela Davis já nos advertia dessa tendência tempos atrás:

Sempre que as mulheres negras desafiaram o estupro, elas expuseram simultaneamente o uso das acusações falsas de estupro enquanto arma mortal do racismo contra seus companheiros (DAVIS, 2016, p. 188).

Isso pode ser usado não só para incriminar homens negros em função de racismo, mas também pobres em função da condição social, pobres e negros pelos dois motivos anteriores, pessoas no geral pela ideologia, e também por questões econômicas.

O mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má, ambos elaborados para servir de desculpa e para facilitar a exploração continuada de homens negros e de mulheres negras. As mulheres negras perceberam esse vínculo de modo muito claro e desde o começo se colocaram na dianteira da luta contra os linchamentos (LERNER, Apud DAVIS, 2016, p.190).

Os linchamentos contra homens negros nos Estados Unidos são um dos vários exemplos do quão perigoso é o julgamento premeditado sobre a figura do homem e do que uma ideologia, que aparentemente parece buscar igualdade e justiça, é capaz de fazer quando usado de maneira instrumental. Principalmente se considerarmos os efeitos devastadores causados pela política de identidade. Como nos conta Almeida:

A eficiência da armadilha identitária esta no seu duplo funcionamento que serve tanto a "direita" quanto a "esquerda antirrevolucionária". Em relação a

direita, o uso da política identitária e da insistência subjetiva é algo tradicional e faz parte do individualismo metodológico que é marca do liberalismo e do neoliberalismo. Clamar por uma "identidade branca" ou ostentar uma identidade nacional contra não brancos e imigrantes é um clássico da direita, especialmente em tempos de crise do capitalismo, que, de liberal e universalista, rapidamente pode virar a chave para o fascismo. Mas uma "identidade negra" desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária e servir aos propósitos de reprodução do capitalismo, que historicamente tem se mostrado capaz de metabolizar o racismo e transformá-lo em aspirações de consumo e de poder. Ao fim e ao cabo, a política identitária, especialmente em tempos neoliberais, é um fator importante para que a divisão social e a atomização que marcam o capitalismo continuem a acontecer (ALMEIDA, apud HAIDER, 2016, p. 13).

No caso do Brasil, especialmente, essa estratégia política de dominação se torna ainda mais letal para a população negra, visto que não é preciso muitos motivos para que estes tenham suas vidas e dignidade ameaçadas. Na verdade, isso apenas daria motivos, aparentemente, mais legítimos aos policiais para praticar a violência contra os pobres e negros.

Segundo dados sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro- Infopen publicados em uma matéria no site da câmara dos deputados de 2018, “desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. São aproximadamente 700 mil presos sem a infraestrutura para comportar este número. A realidade é de celas superlotadas, alimentação precária e violência. Situação que faz do sistema carcerário um grave problema social e de segurança pública. A matéria informa ainda que entre os presos 61,7% são pretos ou pardos, enquanto os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos”.

E essa realidade tende a se agravar quanto mais o tempo passa e novas formas de difusão da cultura burguesa, centrada nas relações mercantis, são criadas pelas relações sociais dominantes, da produção e do consumo capitalistas, e pelas classes dominantes.

A tese de Horkheimer e Adorno sobre a indústria cultural parece colaborar com essa ideia. Segundo os autores, a indústria cultural seria composta por empresas capitalistas ligadas ao ramo da do entretenimento que interessadas no lucro usariam da propaganda para influenciar seus consumidores, seja para comprar produtos diretamente, seja para pensar da forma que lhes forem conveniente.

O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade é que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem

a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos(ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 57).

Nos anos 1990, por exemplo, era muito comum em novelas e séries os protagonistas serem representados por homens brancos de classe média, enquanto que negros e gordos ficavam com papéis subalternos. Mulheres bonitas eram sempre retratadas como objeto de desejo de um homem rico. Isso era visto como aceitável, afinal era o estereótipo de homem perfeito. Essa imagem, no entanto, não era uma representação da realidade, mas sim uma imposição de classe que servia para reforçar o estereótipo do homem branco, rico como sendo o homem ideal. Como resultado, a indústria cultural acabava por determinar os padrões estéticos, criando uma cultura a gosto das classes dominantes. Reforçando estereótipos como o gordo cozinheiro, o negro empregado.

Também a título de ilustração, em uma pesquisa publicada no site da BBC promovida por pesquisadores da universidade de Houston, Estados Unidos, que buscou saber o motivo das pessoas preferirem Coca-Cola em vez de Pepsi, ficou constatado que a preferência por Coca-Cola não se devia ao gosto da bebida, mas sim ao puro status ou sentimento que se tem quando ingerido a bebida. Na pesquisa, foram usadas duas garrafas, uma de Coca-Cola e uma de Pepsi, sem os rótulos, a fim de verificar se a preferência se mantinha e como resultado o número de pessoas que preferiam Pepsi superou as que preferiram Coca-Cola. Da mesma forma, nas relações travadas na sociedade capitalista, em sentido amplo, a preferência ou a aceitação a determinadas atitudes também vão depender do significado fetichizado e do valor abstrato, de caráter mercantil, e não da prática social, concreta, em si, havendo grande chance, nesse tipo de sociedade do espetáculo e do fetiche, da mercadoria e do capital, de haver criminalização de determinados grupos enquanto outros serão poupados ou mesmo exaltados fazendo a mesma prática, assim como foi explicado.

Entre as críticas direcionadas a Marx e Engels pelas feministas influenciadas por autores pós-estruturalistas está a de que eles seriam indiferentes à opressão das mulheres. No entanto, basta uma pequena lida em suas obras para percebermos o quão equivocada é essa afirmação. Engels (2010), ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra diz:

Se a supremacia da mulher sobre o homem, inevitavelmente provocada pelo sistema fabril, é inumana, a do homem sobre a mulher, tal como existia antes, também o era. Se a mulher pode hoje, como antes podia o homem, reclamar a supremacia porque contribui com a maior parte, quando não com a totalidade, dos bens comuns da família, segue-se inevitavelmente que essa comunidade familiar não é verdadeira nem racional, pois que um de seus membros ainda pode reclamar por ter dado um contributo maior. (ENGELS, 2010, p. 184)

Já Marx tenta uma abordagem mais totalizante, não no sentido de totalitarismo tal como é usado nas teorias foucaultianas, mas como meio de congregar os interesses dos diferentes grupos sociais rumo a construção de uma sociedade melhor, por isso o autor via na educação dos trabalhadores um papel importante, tanto no sentido de que ela seria um meio de combater a nível teórico a ideologia burguesa e superar a noção politécnica, instrumental, e acrítica, de ensino, quanto no sentido de criar uma unidade de classe, com os trabalhadores sendo sujeitos de sua própria história.

É justamente a preocupação com a “constituição da massa em classe” que motivará Marx e Engels a inserirem a problemática da educação da classe trabalhadora em seus escritos políticos. Os fundadores do marxismo pensam a educação da classe trabalhadora não como algo idealizado, em moldes do dever ser, utopia passível de ser realizada somente com a conquista do socialismo. Os textos não deixam margem a dúvidas de que a educação é um desafio dos trabalhadores ainda no capitalismo (LEHER, ANO, p. 7).

A abordagem de Marx então sugere que a luta das pela libertação das mulheres passa pela luta coletiva, em outras palavras “Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade exploradora que os criou e educou. É contra ela essencialmente que mulheres e homens unidos devem combater.”(MACHEL, 1974, p. 25).

Ainda em Engels, podemos ver como a divisão de tarefas na família e hierarquia de gênero é rompida por imposições no sistema fabril. Um contrassenso que mostra que gênero não estrutura a sociedade, mas sim economia.

Em muitos casos, a família não se desagrega com o trabalho da mulher, mas se desorganiza: é a mulher que mantém a casa, o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica. Isso é muito frequente: em Manchester, contam-se às centenas os homens condenados ao trabalho doméstico. É fácil imaginar a justificada exasperação provocada nesses operários por essa emasculação de fato e seus resultados na inversão das relações familiares, tanto mais quanto as outras relações sociais permanecem inalteradas(ENGELS, 2010, p. 183).

No mais, passaremos agora para análise dos artigos tal como foi dito no início do trabalho.

CAPÍTULO 2. ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE O TEMA “GÊNERO”

2.1 Apresentação dos artigos publicados nas revistas “Serviço Social e Sociedade” e “Katálisis” no período de 2010 a 2021

A pesquisa realizada sobre as produções bibliográficas recentes sobre gênero no Serviço Social brasileiro buscou se aproximar das principais discussões sobre essa temática. Para tanto, foram pesquisados na plataforma da Scielo⁵ todos os artigos encontrados a partir da inserção no buscador do site das palavras-chave “Gênero e Serviço Social”. Em seguida, foram aplicados os filtros: em coleções, “Brasil”; em periódicos, (i) “Serviço Social e Sociedade”, (ii) “Katálisis”; em idioma, “português”; em ano de publicação, “todos”. A partir dessas referências e filtros foram identificados e selecionados para investigação 15 (quinze) artigos. O Tema gênero foi escolhido para a pesquisa por ser comum em obras de autores pós-estruturalistas, muito embora o tema também se verifica em diversas correntes teóricas, inclusive em obras de autores marxistas. O quadro que segue traz uma primeira apresentação desses artigos.

Quadro 1 – Relação dos artigos cuja temática é gênero publicados pelas revistas Serviço Social e Sociedade e Katálisis entre os períodos de 2010 a 2021.

Título	Autor	Ano	Revista	Palavras-chave
1. Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba	Santiago, Idalina Maria Freitas Lima	2021	Revista Katálisis	Violência contra a mulher; Política Pública de Saúde; Rede de Atendimento
2. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social	Eurico, Márcia; Gonçalves, Renata ; Fornazier, Tales	2021	Serviço Social & Sociedade	Pandemia; Desigualdades; Racismo; Brancura; Serviço Social
3. Violência doméstica contra a mulher – com a fala, eles, os homens	Einhardt, Amália ; Sampaio,	2020	Serviço Social & Sociedade	Homens autores de violência doméstica; Violência doméstica

⁵ Scientific Eletronic Library Online.

autores da violência	Simone Sobral			contra mulher; Relações de gênero
4. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador	Rocon, Pablo Cardozo ; Sodré, Francis ; Duarte, Marco José de Oliveira	2018	Revista Katalysis	Transexualidade; Gênero; Sexualidade; Trabalho profissional; Serviço Social
5. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo	Parizotto, Natália Regina	2018	Serviço Social & Sociedade	Violência doméstica de gênero; Poder Judiciário; Mediação de Conflitos; Lei Maria da Penha
6. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher	Sousa, Marília de Oliveira de ; Sirelli, Paula Martins	2018	Serviço Social & Sociedade	Violência contra a mulher; Coisificação; Capitalismo; Serviço Social
7. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	Alves, Andrea Moraes	2018	Serviço Social & Sociedade	Gênero; Marxismo; Relações Sociais de Sexo; Interseccionalidade
8. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador	Menezes, Moisés Santos; Silva, Joilson Pereira	2017	Revista Katalysis	Conjunto CFESS-CRESS; Homofobia; LGBT; Serviço Social.
9. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário	Lole, Ana	2016	Serviço Social & Sociedade	Gênero; Trabalho social; Paradigma indiciário; Qualificação profissional
10. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações	Lima, Rita de Lourdes de	2014	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social; Gênero; Formação profissional; Graduação
11. Praxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács	Macário, Epitácio	2013	Serviço Social & Sociedade	Práxis; Gênero humano; Natureza
12. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada	Carneiro, Alessandra Acosta ; Fraga, Cristina Kologeski	2012	Serviço Social & Sociedade	Gênero; Violência doméstica; Proteção legal
13. Entre paredes e	Azeredo,	2010	Serviço	Pobreza;

redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	Verônica Gonçalves		Social & Sociedade	Desigualdade; Gênero; Famílias; Proteção social
14. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão	Lisboa, Teresa Kleba	2010	Revista Katalysis	Serviço Social; estudos feministas; relações de gênero
15. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE	Tavares, Márcia Santana	2010	Serviço Social & Sociedade	Gênero; Amor; Classes populares

Elaboração própria. Fonte: Scielo

Observando o quadro acima, nota-se que as publicações encontram-se bem distribuídas ao longo do período considerado, sendo que a maioria delas, num total de onze, foram publicadas na revista Serviço Social e Sociedade, enquanto as outras quatro foram publicadas na revista Katálisis.

Nas primeiras aproximações ao material, foram descartados os artigos que não contemplavam a temática escolhida para este estudo, sendo eles: “Práxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács”, “Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social”. Restaram, portanto, treze artigos.

Para uma primeira apresentação, geral e introdutória, dos artigos, será adotado como critério o ano de publicação dos artigos, começando pelo mais recente e terminando pelo mais antigo.

De acordo com esse critério, o primeiro artigo a ser considerado é escrito por Santiago (2021), sendo um artigo que traz reflexões sobre violência contra a mulher, num enquadramento que relaciona a temática com a área da saúde, das políticas sociais e dos direitos. Para uma aproximação a esse enquadramento geral, segue a seguinte citação:

Este artigo problematiza a violência de gênero vivenciada pelas usuárias das Unidades de Saúde da Família (USF), do Sistema Único de Saúde (SUS), e o atendimento prestado por este serviço no combate de tais violências. Busca apontar os marcadores sociais das usuárias que passaram por violência de gênero; tipificar as violências de gênero vivenciadas por essas mulheres; identificar os procedimentos tomados por elas para enfrentar essas violências; analisar o atendimento das USF no combate à violência de gênero (SANTIAGO, 2021, p. 386).

O segundo artigo a ser apresentado constitui uma pesquisa que buscou ouvir depoimentos de homens presos por cometerem violência contra a mulher. O artigo, num dos seus argumentos principais, sustenta que a maior parte dos homens entrevistados não se consideram como agentes da violência e tendem a culpabilizar a mulher pelos atos cometidos.

Os discursos revelaram a todo momento uma tentativa de responsabilizar a mulher por atos violentos que foram sofridos por elas mesmas. Esses homens não trazem reconhecimentos em si como sujeitos responsáveis pelo ato, colocando a culpa no outro. Mesmo sem admitirem, suas falas demonstram “que há uma transferência de responsabilidade pelo ato violento” (EINHARDT e SOBRAL, 2020, p. 369).

Dentre as justificativas para as agressões, sempre nos termos do artigo, estão a impulsividade, fatores externos como alcoolismo, ciúmes, influência de amigos e familiares. Sendo que muitos deles acreditam ser injustiçados e não tendo o seu ponto de vista levado em consideração. No tópico seguinte, será estabelecido uma análise crítica dos pressupostos teórico-metodológicos e ideológicos das elaborações das autoras.

Dando prosseguimento à apresentação dos artigos, destaca-se uma abordagem que considera “as possibilidades ao trabalho profissional dos(as) assistentes sociais no processo transexualizador brasileiro a partir de uma pesquisa documental em resoluções e dispositivos ético-políticos produzidos pelo Serviço Social brasileiro” (Rocon, 2018, p. 523), com destaque para o processo transexualizador, cujo acesso pelo Sistema Único de Saúde (SUS) depende de um diagnóstico, e para a mudança para o nome social.

Como os autores mostram, o processo transexualizador é um procedimento médico utilizado por pessoas trans para mudança de sexo cujo resultado é a melhora na saúde e autoestima dos usuários. No entanto, o acesso pelo SUS vem sendo motivo de reclamação por homens e mulheres trans, uma vez que o nome social não é respeitado, sendo muitas dessas pessoas vítimas de preconceito por não estarem dentro da heteronormatividade.

Em se tratando da política de saúde, percebem-se uma seletividade no acesso por desrespeito ao nome social, discriminação, e no caso do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo processo de diagnóstico (ROCON et al, 2018, p. 225).

Segundo o autor, a seletividade privilegiaria aquelas pessoas com características mais proeminentes, que melhor se enquadrassem na dicotomia

masculino e feminino, deixando muitos sem tratamento. Além de que o desrespeito com o nome social seria o motivo de muitos abandonarem os tratamentos.

O preconceito contra pessoas trans se traduziria, então, em desigualdades no mercado de trabalho e no acesso a bens e serviços. Bem como em inúmeras violações de direitos.

Ao deslocarem-se dos gêneros atribuídos em nascimento na direção ao gênero desejado, sofrem com rebatimentos de expressões da Questão Social e inúmeras violações de direitos que poderão culminar no seu extermínio (ROCON et al, 2018, p. 524).

Nos relatos de pessoas trans, o tratamento midiático sobre o tema tem criado a sensação de que o processo transexualizador é uma etapa única, resumindo-se a cirurgia. No entanto, uma gama muito maior de questões a serem resolvidas se apresenta durante o processo.

As autoras narram uma série de fatores inerentes à transição no gênero, que em sua maioria, deslocam-se do campo da intervenção médica às relações sociais, compreendendo família, amigos, relacionamentos, mercado de trabalho, moradia, discriminação e documentação legal como determinantes do bem estar social da população trans. Assim, identifica-se um rico campo para intervenção do Serviço Social no uso de suas atribuições privativas (ROCON et al, 2018, p. 526).

Nesse sentido, o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho cujo objetivo é o tratamento das múltiplas expressões da “questão social” tem dever de buscar conhecimento sobre o processo transexualizador, bem como os diversos campos de atuação profissional.

Os autores consideram ainda as disparidades existentes entre homens e mulheres como fruto de uma cultura que privilegia homens em detrimento das mulheres, fazendo referência tanto a dimensão sócio-material dessa cultura (“processos de trabalho”, “capitalismo”), quanto as suas repercussões sobre a subjetividade e sobre “os corpos”.

Assim, as diferenças do gênero na vida social não são causalidades das diferenças biológicas, são distinções produzidas nos processos de trabalho, nos discursos, na produção científica, nas diferentes formas de educação, práticas disciplinares, que produzem desigualdades inerentes aos processos sociais capitalistas. Há diversas formas de disciplinar os corpos produzindo feminilidades submissas e as masculinidades dominantes, a divisão do trabalho, as relações familiares, a medicina, a escola e os esportes são importantes exemplos de instituições (re)produtoras das desigualdades de gênero da infância à fase adulta segundo as autoras (ROCON et al, 2018, p. 525).

O próximo artigo a ser apresentado perpassa os temas “Violência doméstica de gênero”, “Poder Judiciário”, “Mediação de Conflitos”, “Lei Maria da Penha”.

Intitulado “Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo”, e escrito por Natália Regina Parizotto (2018), o artigo busca mostrar como as sessões de mediação presentes tanto nos extintos Juizados especiais Criminais e nos Centros de Justiça e Solução de Conflitos – Cejuscs presentes na cidade de São Paulo tendem a reproduzir as hierarquias de gênero presentes na sociedade, na medida em que considera as partes como iguais e tendem a tratar as questões relacionadas a violência contra a mulher como um problema menor a ser resolvido dentro de casa.

Nossa apreensão repousa-se no risco de os Cejuscs, assim como os JECrim, reproduzir as hierarquias inerentes às relações de gênero entre homens e mulheres ao tratá-los como indivíduos em igualdade, pois, como nos explicam Debert e Oliveira (2007, p. 329), “a conciliação do casal, [...] implica a dissolução da figura de vítima e de réu” (PARIZOTTO, 2018, p. 296).

Segundo a autora, as sessões de mediação tendem a reproduzir a lógica de mercado cuja função é produzir resultados no menor tempo e reduzir custo. Assim, as mediações seriam uma forma mais fácil e barata de resolução de conflitos, cujo resultado não é a justiça, mas a conciliação. A consequência disso, para a autora, é a não solução do problema e a manutenção da violência contra a mulher.

Passando agora, ao próximo artigo a ser apresentado temos uma abordagem voltada aos temas “Violência contra a mulher”, “Coisificação”, “Capitalismo”, “Serviço Social”, e intitulada “Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher”. As autoras consideram criticamente

[...] a padronização da beleza, que acarreta uma série de problemas de proporções físicas e psicológicas, em que a mulher se vê na obrigação de estar enquadrada a determinado tipo de corpo, de cabelo, em que até mesmo algo inevitável e comum a todos como o envelhecer lhes é negado (SOUZA et al, 2018, p. 329).

Muitos desses padrões estéticos podem ser vistos nas propagandas televisivas e comerciais de cerveja, além de novelas, séries e filmes, no qual homens são retratados como fruto de desejo das mulheres após se vincularem a determinadas marcas e produtos. Como se as mulheres fossem interesseiras e existissem unicamente para satisfazer os prazeres masculinos.

[...] podemos ver a objetificação da mulher em propagandas que só focam no atributo sexual ou físico, sem outro tipo de apelo emocional. Produtos

voltados para o sexo masculino que relacionam a aquisição de determinado bem com a conquista automática de uma ou várias mulheres são exemplos claros de como a mídia caracteriza a mulher como um objeto de fácil aquisição, pois segundo os conteúdos publicitários, basta uma aplicação de um desodorante para as mulheres “avançarem” sobre os homens (SOUZA et al, 2018, p. 332-333).

Conforme os argumentos das autoras, a indústria cultural determina os padrões estéticos que deverão ser reproduzidos na sociedade, segundo os desejos da classe dominante. E nesse sentido, a indústria da beleza corresponde a forma como o burguês vê as mulheres e como eles querem que os outros as vejam. Como uma mercadoria que alimenta um mercado gigantesco de prostituição, com salários precários e subalternidade, tal como ressaltado pela autora.

Passando ao próximo artigo, encontramos uma abordagem que interessa por seu objetivo de trazer traços de tendências principais das abordagens de gênero no Serviço Social brasileiro. Nas palavras da autora:

O artigo apresenta as três abordagens sobre gênero mais comuns nas pesquisas no campo do Serviço Social brasileiro. São elas: o marxismo, as relações sociais de sexo e a interseccionalidade. Enquanto as duas primeiras são mais recorrentes, a última começa a adentrar as produções da área. O texto discute cada uma, mostra suas potencialidades e limites e estabelece algumas conexões entre elas. Por fim, aponta para lacunas presentes nas investigações sobre gênero no Serviço Social (ALVES, 2018, p. 279).

De acordo com o conceito de interseccionalidade, vários fatores determinam os processos e os fenômenos da sociedade. Nesse sentido, uma pessoa negra, por exemplo, embora ainda sofra discriminação e preconceito, terá uma experiência e concepção diferente sobre o mundo caso pertença a uma classe mais elevada, ao passo que se for pobre não terá as mesmas oportunidades. Sendo, portanto, duplamente excluído, seja por ser negro, ou por ser pobre, ou mesmo os dois motivos. Da mesma forma que as pessoas trans e homossexuais podem ser hostilizados socialmente, tanto por serem pobres, quanto por serem negros e homossexuais.

No caso das mulheres, a interseccionalidade aparece na crítica do movimento feminista negro que questiona a ideia propagada por feministas brancas de que a mulher, mãe, e dona de casa existiu independente da raça. Segundo elas, as mulheres negras tiveram o direito de ser mãe privados pelo fato de serem escravas

e a pureza imposta as mulheres brancas contrasta com a hipersexualidade das mulheres negras.

[...] à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualidade dos corpos das mulheres negras. À maternidade vigiada das mulheres brancas contrapõe-se a negação da maternidade das mulheres negras (ALVES, 2018, p. 279).

E aqui é importante dizer que a hipersexualidade da mulher negra e a pureza da mulher branca têm origens ideológicas diferentes. Enquanto a pureza da mulher branca que se expressa na figura da mãe, dona de casa, que cuida dos filhos e do lar, se originou da moral cristã, a hipersexualidade da mulher negra, por outro lado, teve origem no próprio capitalismo que, além de transformar a mulher em uma mercadoria, instaurou uma “ditadura da beleza” em torno dos corpos femininos, de forma que aquelas que não se adequam aos padrões midiáticos são muitas vezes levadas ao ostracismo.

O próximo texto apresentado (Menezes, 2017) traz como temas principais a “Homofobia”, a temática “LGBT”, o “Serviço Social” e o Conjunto “CFESS-CRESS”. Para uma visão panorâmica das teses e argumentos, considere-se que o

[...] artigo propõe reflexões acerca do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no Serviço Social articulando seus desafios e limitações no seio da categoria profissional perante o combate a violência homofóbica. O estudo faz uma análise teórica a partir de concepções de diversos autores e de pesquisadores, além de documentos do conjunto CFESS/CRESS como informativos e resoluções. O debate visa problematizar, além da atuação profissional do assistente social junto às demandas apresentadas cotidianamente pela população LGBT, as diversas contradições que esse assunto tem provocado para essa categoria, grande desafio para o Serviço Social na contemporaneidade (MENEZES et al, 2016, p. 122).

A próxima pesquisa a ser apresentada intitula-se “Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário”, uma pesquisa que buscou analisar a incidência da categoria “gênero” nos marcos das revisões curriculares do curso de Serviço Social em quatro universidades do Rio de Janeiro, quais sejam: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual ficou evidente a preocupação de algumas instituições em integrar no currículo disciplinas, quando não diretamente relacionadas a questão de gênero, pelo menos afeitas ou correlacionadas.

No caso da PUC-RJ, por exemplo, embora a instituição tivesse um currículo mais tradicional voltado para eixos centrais como Teoria, metodologia e história, podemos ver por meio dos “Seminários de conteúdo variável” uma possibilidade de diálogo com a categoria. Ao mesmo tempo em que, na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do rio de Janeiro (UFRJ), a questão de gênero aparece em disciplinas mais específicas:

A ESS/UFF aponta no título da disciplina uma leitura do gênero na articulação com a “questão social”. Como vimos, esse é considerado o objeto de intervenção do Serviço Social a partir das discussões das Diretrizes Curriculares da Abepss. Já a ESS/UFRJ propõe uma descrição mais aberta do debate, contextualizando o gênero no Brasil. A FSS/UERJ indica em sua disciplina a articulação entre gênero e o debate das relações étnicas, o que se torna bastante complexo de se executar, tendo em vista a particularidade dos estudos nessas duas áreas, ainda que apresentem intersecções. Além disso, utiliza uma nomenclatura — “relações sociais de gênero” — que remete o debate às distinções teóricas presentes no campo dos estudos de gênero (LOLE, 2016, p. 566).

Dando prosseguimento à apresentação dos artigos chegamos agora ao texto escrito por Lima (2014), cuja temática abrange “Serviço Social”, “Gênero”, “Formação profissional de assistentes sociais”.

O interesse pelo tema se justifica, além do crescimento da demanda por profissionais da área, pelo fato de que o Serviço Social é, historicamente, uma profissão construída por mulheres e para mulheres.

Além da sua relação intrínseca com a questão social, são três as características marcantes presentes no nascimento da profissão: a) sua ligação às doutrinas religiosas (sejam elas católicas ou protestantes — essa associação com uma ou outra religião dependerá da história do país de origem); b) sua ligação à classe burguesa; c) e, por fim, sua constituição como uma profissão de e para mulheres (LIMA, 2014, p. 46).

Conforme Lima (2014), as primeiras assistentes sociais eram mulheres ligadas à burguesia e vinculadas à Igreja Católica. Sendo chamadas a exercer atividades de cunho moralizador, entendendo as múltiplas expressões da questão social como fruto de um desajuste social e buscando integrar, através de ações filantrópicas, as pessoas pobres e marginalizadas pela sociedade.

Nos dias de hoje, porém, podemos considerar que o Serviço Social se dedica a garantias de direitos sociais, tendo um projeto ético-político fundado na defesa da classe trabalhadora e defesa da democracia, do pluralismo, etc.

Por isso, as questões envolvendo gênero, pelo menos em teoria, não serão mais tratadas como desajuste social e com moralismos, tal como eram nas protoformas do Serviço Social, mas como expressões da Questão Social. Como podemos ver abaixo:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 23-24).

Prosseguindo com a apresentação dos artigos, chegamos ao texto de Carneiro (2012), que gira em torno de temas como: Gênero; Violência doméstica; Proteção legal, problematizando “os registros de ocorrências inquéritos policiais, processos e sentenças judiciais previstos na lei Maria da Penha, envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica em São Borja, no Rio Grande do Sul” (CARNEIRO, 2012, p. 369).

A autora registra que “os resultados sugerem que, apesar dos avanços dessa lei, a mesma não tem sido eficaz na proteção de coibir a violência contra a mulher” (CARNEIRO, 2012, p. 369).

O próximo artigo apresentado é de autoria de Azeredo (2010), intitulado “Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres”, cujos temas principais são “pobreza”, “desigualdade”, “gênero”, “famílias” e “Proteção social”. A autora questiona “em que medida a desigualdade de gênero pode incidir sobre a condição de pobreza e as formas de proteção das famílias”, buscando situar “o lugar da mulher nas famílias pobres”. A autora sustenta que “no espaço doméstico, essas mulheres, ao assumirem a identidade de mães, se tornam as principais responsáveis por prover e cuidar de sua família e, mesmo habitando espaços desiguais, criar alternativas constituindo redes de apoio e proteção para driblarem as inseguranças sociais” (AZEREDO, 2010, p. 576).

Imersas em desigualdades históricas quanto aos modos de ser e de viver e representadas por vezes como desestruturadas, tais famílias vivenciam a realidade do desemprego ou inserções precárias cujas consequências são os baixos rendimentos, a falta de oportunidades educacionais, acesso limitado e baixa qualidade dos serviços de saúde e infraestrutura habitacional, segregação socioespacial. Tudo isso conforma um conjunto de desvantagens sociais alimentadas pelo caráter limitado de seu patrimônio cultural (AZEREDO, 2010, p. 580).

A autora destaca também que as pesquisas mostram que mulheres tendem a receber menos do que os homens para as mesmas funções. Inclusive, outra pesquisa mostrou que mesmo após a inserção da mulher no trabalho assalariado, muitas das tarefas domésticas continuaram sob sua responsabilidade. Não havendo, portanto, uma divisão de tarefas com os maridos.

Os processos que possibilitaram a saída das mulheres para o trabalho não motivaram a revisão das funções do cuidado familiar no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas (AZEREDO, 2010, p. 582).

O próximo artigo, de autoria de Lisboa (2010), intitula-se “Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão”, e traz como temas principais, nos termos do artigo publicado, “Serviço Social”, “estudos feministas” e “relações de gênero”. A autora declara que o artigo “discute o descompasso entre o Serviço Social e os estudos feministas traçando um paralelo entre as trajetórias dos dois enfoques ao longo da história”, buscando criticar o que entende como “submetimento da profissão às teorias androcêntricas que exerceram poder e dominação na produção de conhecimento”, buscando indicar “as principais áreas críticas que impedem o desenvolvimento das mulheres e demarcam a desigualdade de gênero”, e concluindo “que a adoção da perspectiva de gênero nas mediações teóricas lança um novo olhar sobre a realidade, a partir das mulheres e com as mulheres, revolucionando a ordem dos poderes e dos submetimentos” (LISBOA, 2010, p. 66).

O último artigo a ser apresentado nesses movimentos iniciais de pesquisa é o escrito por Tavares (2010), correspondente a uma pesquisa realizada no Mato Grosso do Sul, com profissionais Assistentes Sociais e psicólogos, de 14 municípios que atuavam no CRAS, pelos relatos dos profissionais a falta de apoio nas tarefas domésticas e a responsabilização da mulher pelo cuidado da casa e dos filhos.

Além disso, o texto também destaca a importância das creches na vida de mulheres chefes de família monoparentais que precisam trabalhar e cuidar dos filhos

ao mesmo tempo, bem como a responsabilização do Estado na criação de políticas públicas para mulheres.

No que se refere às políticas públicas e ao acesso aos benefícios, as pesquisas mostraram que as mulheres compõem a maior parte dos usuários, principalmente no acesso ao Programa Bolsa Família. E nos programas de saúde reprodutiva também se viu uma maior participação das mulheres em relação aos homens. Muito disso pelo fato de que as mulheres, segundo a autora, se encontram em situação de maior vulnerabilidade, sendo muitas vezes mãe solteiras que precisam trabalhar e cuidar dos filhos e da casa sozinhas. Não tendo, portanto, a figura do marido para ajudar nas despesas.

E isso é um ponto importante, pois segundo Tavares (2010), o histórico da vida amorosa dessas mulheres é marcado por situações que envolvem desemprego seu e de seus familiares, situações como alcoolismo e violência, entre outras. Inclusive a autora destaca que muitas mulheres veem no marido a salvação para seus problemas, uma vez que da infância à adolescência, a vida dessas mulheres se reduz a trabalhos domésticos forçados dentro de casa, cuidados com irmãos mais novos, e vivência de situações que envolvem agressão. Nesse sentido a figura do marido representaria para a mulher pobre, segurança e esperança de melhoria de vida.

O casamento é idealizado como via de libertação, por meio do qual cuidarão da sua casa, do seu homem e dos seus filhos, e não da casa ou filhos de outros. O homem, portanto, torna-se fonte de segurança, suporte, prêmio, recompensa, esperança de melhoria de vida (TAVARES, 2010, p. 123).

Essa ilusão, no entanto, não dura muito, uma vez que logo que se casam o marido começa a reproduzir as mesmas atitudes que antes eram vistas pela mulher na casa de seus pais. Situações de brigas e ameaças, enfim violência de gênero.

Lícia, voz embargada, lembra que: “O pai bebia, que chegava em casa o cavalo levava ele; o pai batia tanto na mãe, que desde pequena defendia a mãe. Tirei a roupa dele, deixei ele nu, bati, com nove anos, até na bunda dele, ele quebrou meu dedo, perto do pescoço [provavelmente a vértebra], já corri muito pelos mato com minha mãe e meus irmãos” (TAVARES, 2010, p. 2010).

A conclusão a que se chega, com base nesses acontecimentos, é que a violência de gênero se apresenta como algo característico de uma cultura criada

sobre as bases de uma doutrina que não pode ser removida sem que tal doutrina seja removida também.

2.2 Balanço e análise crítica do material identificado

Considerando o material obtido, a apresentação e as primeiras análises feitas no tópico anterior do presente estudo, e tendo em vista a diversidade de abordagens por vezes não só distintas, mas mesmo opostas em seus referenciais teórico-metodológicos e ideológicos, delimitaremos aqui a análise dos treze artigos apresentados buscando mostrar uma possível influência da corrente pós-estruturalista nesses materiais e como isso impacta a forma ver a realidade.

Começando por Santiago (2021), a análise mostrou que não há influência clara da corrente pós-estruturalista no texto, uma vez que não há referências a autores e obras da corrente pós-estruturalista e não apresenta nenhuma dos elementos que segundo Sullivan caracterizam o pós-estruturalismo. A única semelhança está no fato de que, assim como o pós-estruturalismo, não se busca compreender a essência dos problemas sociais, antes se foca nos fenômenos, neste caso, nas relações intrapessoais, apartados da violência em seu aspecto global. E mesmo esse fato por si só não é suficiente para dizer que há influência pós-estruturalista, uma vez que a análise dos fenômenos sociais também é necessária para se chegar a essência das coisas.

O artigo de Heinhardt (2020), por sua vez, também não apresentou influência da corrente pós-estruturalista, uma vez que, apesar de focar na aparência dos conflitos, sem trazer uma perspectiva da totalidade, isso por si só não faz referência ao pós-estruturalismo, não há referências claras a autores e obras pós-estruturalistas e não apresenta nenhum dos elementos que configuram, segundo Sullivan, o pós-estruturalismo. Na verdade, o artigo é resultado de uma entrevista que buscou ouvir homens acusados de violência contra mulheres.

Sobre o artigo de Rocon (2018), podemos dizer o mesmo, pois este não apresenta influência de autores pós-estruturalistas, uma vez que apesar de retomar temas como binarismo e o discurso contra determinismo biológico, o que parece ser consequência da teoria desconstrutivista de Derrida, também não há referências

claras a autores e obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que Sullivan (1992) elenca para considerar um autor ou obra como pós-estruturalista. O texto apenas problematiza os desafios enfrentados pela população LGBTQI+ no acesso ao processo ao procedimento cirúrgico conhecido como processo transsexualizador.

O processo transsexualizador, enquanto procedimento cirúrgico, traz à luz do dia a participação do mercado de consumo e a discussão sobre como pautas de grupos minoritários, como LGBTQI+ e demais grupos minoritários, também chamados pós-modernos, são instrumentalizados e esvaziados de seu significado histórico-cultural para formar nichos de mercado. Tal como Almeida (2019) nos conta em um de seus exemplos sobre como a política identitária funciona:

A eficiência da armadilha identitária esta no seu duplo funcionamento que serve tanto a "direita" quanto a "esquerda antirrevolucionária". Em relação a direita, o uso da política identitária e da insistência subjetiva é algo tradicional e faz parte do individualismo metodológico que é marca do liberalismo e do neoliberalismo. Clamar por uma "identidade branca" ou ostentar uma identidade nacional contra não brancos e imigrantes é um clássico da direita, especialmente em tempos de crise do capitalismo, que, de liberal e universalista, rapidamente pode virar a chave para o fascismo. Mas uma "identidade negra" desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária e servir aos propósitos de reprodução do capitalismo, que historicamente tem se mostrado capaz de metabolizar o racismo e transformá-lo em aspirações de consumo e de poder. Ao fim e ao cabo, a política identitária, especialmente em tempos neoliberais, é um fator importante para que a divisão social e a atomização que marcam o capitalismo continuem a acontecer (ALMEIDA, apud HAIDER, 2016, p. 13).

O artigo de Parizotto (2018) também traz um discurso feminista também focado em relações intrafamiliares em vez de buscar um entendimento mais amplo sobre a violência contra a mulher numa perspectiva da totalidade dos processos sociais. Mas apesar disso, isso por si só não configura influência pós-estruturalista, uma vez que a análise dos fenômenos também se faz necessário nas obras de autores marxistas como forma para se chegar a essência das coisas, e também não há referências claras a obras e autores da corrente pós-estruturalista e também não apresenta as características que, segundo Sullivan (1992), são necessárias para ser considerado sob influência pós-estruturalista. Antes, o artigo problematiza uma modalidade jurídica de solução de conflitos conhecida como mediação que se faz presente nos

Centros Judiciários de Solução de Conflitos – Cejucs e que faz frente aos Departamentos Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres.

Quanto ao artigo de Souza (2018), também não podemos ver influência da corrente pós-estruturalista, uma vez que, embora o artigo apresenta temática feminista mais voltada para a sexualidade, tema muito comum entre autores pós-estruturalistas como Foucault, o tema não é exclusivo dessa corrente teórica e não há referências claras a autores e obras pós-estruturalistas. O artigo não apresenta nenhuma das características que, segundo Sullivan (1992), são necessárias para se enquadrar como influencia do pós-estruturalismo.

O artigo de Alves (2018), embora não seja neutro, tem carácter mais informativo e, portanto, o texto em si não apresenta um viés pós-estruturalista ou pós-moderno. A autora se atem apenas a explicar as diferentes abordagens das relações de gênero, mostrando as diferenças entre a concepção marxista, das relações sociais de sexo e da interseccionalidade. O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que, segundo Sullivan(1992) , caracterizam o pós-estruturalismo

O artigo de Menezes (2017), assim como o de Heinhardt (2020), também não apresenta influência da corrente pós-estruturalista, na medida em que o discurso da desconstrução e conceitos como héteronormatividade embora pareçam indicar uma influência de Derrida, não possui referências claras ao autor ou a suas obras e não apresentam os elementos que segundo Sullivan (1992) , caracterizam o pós-estruturalismo.

Por outro lado, de modo semelhante a Alves (2018), o artigo de Lole (2016) também tem carácter mais informativo/explicativo e não apresenta características de discurso pós-estruturalista, apenas preocupando-se em mostrar a incidência da categoria gênero na história da profissão do Serviço Social. O artigo analisa as revisões curriculares frente as mudanças provocadas pelas diretrizes da ABEPSS de 1996, buscando, por meio do paradigma indiciário, indícios da inserção da categoria gênero nos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social. O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que, segundo Sullivan (1992), caracterizam o pós-estruturalismo.

Sobre o artigo de Lima (2014), tal como o de Lole (2018), não apresenta influência de autores pós-estruturalistas e apenas indica fatores que contribuíram para inserção da categoria gênero na revisão curricular do Serviço Social. No artigo, reforça-se o fato de que a profissão de Serviço Social é uma profissão construída por mulheres e para mulheres e busca por meio de análise de dados colhidos de alunos e professores de 54 universidades durante a Oficina Nacional da Abepss, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011, mostrar como a categoria gênero aparece no projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social. O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que segundo Sullivan (1992), caracterizam o pós-estruturalismo.

O artigo de Carneiro (2012), por sua vez também não apresenta influência pós-estruturalista, apenas traz a ideia de que o homem tem poder sobre a mulher e retoma o conceito de construção social ao se referir aos papéis desempenhados pelos gêneros. Essa ideia lembra a teoria da desconstrução de Derrida, mas por si só é insuficiente para dizer que há uma influencia, uma vez que não há citação de obras desse autor ou referencias ao seu nome. O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que segundo Sullivan (1992), caracterizam o pós-estruturalismo.

O artigo de Azeredo (2010) também não apresentou influência pós-estruturalista, antes seu foco é direcionado para o tema da desigualdade, trabalho e renda das mulheres pobres. Fala-se sobre a dificuldade de conciliar trabalho com atividades domésticas e da autonomia proporcionada por configurações de família e espaço geográficos determinados.

Ter máquina de lavar é a variável que mais contribui para elevar a renda das mulheres pobres ocupadas (R\$ 54,15), aumentando-a em 42%. Outro fator importante é a presença de uma mulher inativa no domicílio (R\$ 22,45), sem dúvida por assumir certas responsabilidades familiares. Se essa figura for aposentada ou pensionista, talvez ela ainda esteja contribuindo para assegurar uma renda mínima permanente nesses lares mais desfavorecidos e, assim, facilitar a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, inclusive ampliando seu leque, restrito, de oportunidades. (LAVINAS e NICOLLS, apud AZEREDO, 2010, p. 582)

O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que segundo Sullivan (1992), caracterizam o pós-estruturalismo

Dos artigos analisados o único que deixa transparecer de forma evidente a influência pós-estruturalista é o artigo de Lisboa (2010), pois esta, além de trazer o conceito de múltiplas verdades para o Serviço Social, cita diretamente a influência de Foucault.

Pretendo contextualizar a crítica a esta história de submetimento do Serviço Social, colocando a questão do conhecimento em relação com a dominação, a partir do que Foucault (1995, p.5) chama de uma dessujeição, exercendo a crítica como um processo de leitura que se abre para o debate em função da pluralidade; crítica “como uma arte da indocilidade reflexiva”, no jogo do que o autor entende por “política da verdade”². Três pontos submergem a esse diálogo sobre a nossa profissão (LISBOA, 2010, p. 67).

Da mesma forma que há uma divisão do trabalho, também há uma divisão linguística, uma hierarquia do discurso; a apropriação de um discurso é a apropriação de uma política da verdade que, por sua vez, marginaliza outras e gera exclusão! Existe uma única verdade para o Serviço Social? (LISBOA, 2010, p. 68).

Sobre o artigo de Tavares (2010), não foi identificado influência da corrente pós-estruturalista, sendo o texto focado em relatos de experiências amorosas de mulheres das classes populares de Aracaju/SE. O texto não faz nenhuma referência a autores ou obras pós-estruturalistas e não apresenta os elementos que segundo Sullivan (1992), caracterizam o pós-estruturalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser verificado, dos treze artigos aqui analisados apenas um apresentou influência de autores pós-estruturalistas. A saber: Gênero, Feminismo e Serviço Social de Tereza Kleba Lisboa (2010), que trouxe o discurso característico da corrente pós-estruturalismo ao questionar a verdade no Serviço Social, além de referenciar Foucault como foi visto na citação acima. O texto de Lisboa (2010), além de adotar um perspectivismo, tal como visto com Sullivan (1992), também privilegiou a linguagem. No artigo ela argumenta que o Serviço Social ficou refém de uma narrativa marxista e que o Serviço Social sob influência marxista foi incapaz de superar as ações de cunho assistencialista, além de que, também, o marxismo seria

incapaz de explicar as questões relacionadas a violência de gênero e casos de abuso infantil.

Segundo Lisboa (2010), devido à incapacidade do marxismo em lidar com questões relacionadas a gênero, os alunos, muitas das vezes, se veem despreparados quando tem que realizar estágio em locais onde o público atendido são mulheres que sofrem violência, gays etc. Além de acusar as teorias marxistas de serem eurocêtricas.

Tendo em vista os artigos aqui analisados e os referenciais teóricos usados na pesquisa, concluímos que os demais artigos não apresentaram elementos ou apresentaram elementos insuficientes para serem considerados como sendo influenciados por autores pós-estruturalistas. A pesquisa mostrou que quase não há influência de autores e obras pós-estruturalistas nos artigos aqui analisados e que torna-se necessário estudos mais aprofundados sobre o tema uma vez que este trabalho é apenas introdutório e passa longe de uma análise definitiva sobre a influência pós-estruturalista no Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf>

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social**.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/?format=pdf&lang=pt>>

BBC. **Memória 'explica preferência por Pepsi ou Coca-Cola'**. 2004. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041013_cocamla

BLOODWORTH, Sandra. **As origens da opressão das mulheres: uma defesa de Engels e uma nova partida**. Editora Alternativa socialista, 2018. Disponível em: <<https://marxistleftreview.org/articles/the-origins-of-womens-oppression-a-defence-of-engels-and-a-new-departure/>>

BLOODWORTH, Sandra. **A pobreza da teoria do patriarcado**. Editora Alternativa Socialista, 1990. Disponível em: <<https://marxistleftreview.org/articles/the-poverty-of-patriarchy-theory/>>

BLOODWORTH, Sandra. **Estupro, violência sexual e capitalismo**. Editora Alternativa Socialista, 1992. Disponível em: <<https://marxistleftreview.org/articles/rape-sexual-violence-and-capitalism/>>

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kolgeski. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada***. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zPkd4nCFLC98THTyXhmYLLB/?format=pdf&lang=pt>>

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade sexual, e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

CNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo Editorial, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização brasileira S/A, 1884.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e astúcia da história**. Mediações, Londrina, 56 . Mar / Abr 2009. Disponível em : <<https://newleftreview.org/issues/ii56/articles/nancy-fraser-feminism-capitalism-and-the-cunning-of-history>>

GARNHAM, Sarah. **Contra o reducionismo: marxismo e opressão**. Editora Alternativa Socialista , 2018. Disponível em : <<https://marxistleftreview.org/articles/against-reductionism-marxism-and-oppression/>>

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. **Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência**. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Snmc9w4r4xRy46FZDxVnKKR/?format=pdf&lang=pt>>

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2824262&forceview=1> >

HOLCOMBE, Abril. **A liberdade do ser: marxismo, opressão de gênero, e luta pela libertação trans**. Editora Alternativa Socialista, 2020. Disponível em: <<https://marxistleftreview.org/articles/the-freedom-to-be-marxism-gender-oppression-and-the-struggle-for-trans-liberation/>>

LIMA, Rita Lourdes de. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações***.<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkNjYMjNTsc/?format=pdf&lang=pt>>

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?format=pdf&lang=pt>>

LOLE, Ana. **Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário***. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dXnDxMgmhk78YrshtmTWbwf/?format=pdf&lang=pt>>

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O capital.** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, JOILSON, Pereira. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/nMSMsXzbQ4nDHG3Mskm4BLm/?format=pdf&lang=pt>>

PARIZOTTO, Natália Regina. **Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/VBJddznQGqP6TLRwqZ6qpCh/?format=pdf&lang=pt>>

ROCON, Pablo Cardoso; DUARTE, Marco José de Oliveira; SODRÉ, Francis. **Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/RRm4RvNp6ZDvD5SvYhc3j6S/?format=pdf&lang=pt>>

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/WqshfBQtDdxYM7jPyqBPMpv/?format=pdf&lang=pt>>

SOUZA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. **Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gXHm78WFWRYz3mkK6qtYMPv/?format=pdf&lang=pt>>

SULLIVAN, Tony. **Pós-estruturalismo: uma alternativa marxista – parte dois.** Editora Alternativa socialista, 1992. Disponível em: <<https://marxistleftreview.org/articles/poststructuralism-a-marxist-alternative-part-two/>>

TAVARES, Márcia Santana. **Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vqK7zSbG94SrrKvKGf76rwv/?format=pdf&lang=pt>>

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291528/mod_resource/content/1/Weber%20Os%20tr%C3%AAs%20tipos%20de%20domina%C3%A7%C3%A3o%20leg%C3%ADtima.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** Editora Expressão Popular, 2010.

HAIDER, Asad. **A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** Editora Veneta, São Paulo 2019.

VASCONCELOS, José Antônio de. Quem tem medo da teoria? **A Historia Intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas paginas da American Historical Review. 2001.** Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Fan-mPsqqyYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>

VASCONCELOS, José Antônio de. Quem tem medo da teoria? **A Historia Intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas paginas da American Historical Review. 2001.** Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/218990>>

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Edição Loyola.** São Paulo, 1992. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6469585/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%B3s-moderna.pdf >

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. **De Rousseau a Gramsci: Ensaio de teoria política.** Boitempo editorial. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=rdW0tfffPaQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo. Boitempo, 2010. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662435/mod_resource/content/1/ENGELS.pdf >

LEMOES, Marcelo Rodrigues. **Estratificação Social na teoria de Marx Weber: Considerações em torno do tema .** Revista Iluminart, 2012. Disponível em: < https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/939564/mod_resource/content/1/weber1.pdf >

NEXO JORNAL, INFOPEN. **Qual o perfil da população carcerária brasileira.** 2018. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao> >

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: Tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional.** Brasília, Editora Temporalis, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199/pdf> >

ARAÚJO, Yashmin Michelle Ribeiro de, MARINHO, Cristiane Maria. **Pensamento pós-moderno e formação profissional em Serviço Social.** Brasília, Editora Temporalis, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12313/10106> >

MACHEL, Samora Moisés. **A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo.** Coleção estudos e orientações, 1974. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/mulher.pdf> >

LEHER, Roberto. ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIA POLÍTICA E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> >